

ULBRA

Reitoria busca apoio à proposta de reestruturação

► Por Gilson Camargo

gilson.camargo@sinprors.org.br

A um mês do prazo estipulado pela Reitoria para colocar em prática o último estágio do projeto de reestruturação da Ulbra, sobram especulações sobre o futuro da Universidade. Parcialmente superada a crise que quase inviabilizou o seu funcionamento por conta de má administração nas sucessivas gestões do fundador, Ruben Becker, a Ulbra anunciou em maio um projeto de recuperação a ser concluído em agosto.

Em busca de apoio, a Reitoria já manteve audiências com o governo estadual, com a Assembleia Legislativa, com o Congresso e o Judiciário federal para “apresentar um formato final do plano de reestruturação”. No começo de junho, a União exigiu a constituição de um fundo garantidor do projeto.

Negociada com a União e com o sistema financeiro, a proposta elaborada pela KPMG Consultoria prevê a conversão das dívidas bancárias em títulos ao portador, cria uma *holding* e transforma a Ulbra em sociedade anônima de capital fechado. A superação do déficit de caixa que, no auge da crise chegou a R\$ 15 milhões ao mês, o faturamento mensal de R\$ 40 milhões e quase 100 mil alunos matriculados no primeiro semestre de 2011, são indicadores exaltados no projeto para demonstrar a viabilidade da Ulbra – o que acabou despertando o apetite de grupos

financeiros interessados em participar do projeto.

Emissários de um fundo de investimentos vêm fazendo *lobby* junto aos governos federal e estadual, à prefeitura de Canoas e a setores ligados à Educação, entre os quais o próprio Sinpro/RS, além de forte ofensiva sobre a Celsp e a Reitoria da Ulbra com o objetivo de assumir a gestão da instituição. A proposta, de injetar R\$ 800 milhões no projeto Ulbra S.A., previa uma contrapartida indigesta à Reitoria e à mantenedora: abrir mão do controle do negócio. “A Reitoria é contra a entrega da gestão da Ulbra”, enfatiza o reitor Marcos Ziemer. A proposta foi rejeitada. Outros investidores estão em avaliação e o mais provável, segundo ele, é que o fundo saia mesmo do grupo de credores da Ulbra. “Pode haver outros, mas vamos manter a linha de trabalho e o perfil educacional da instituição”.

O Banrisul, que cobra dívidas de R\$ 140 milhões da Ulbra, surgiu no dia 21 de junho como uma alternativa, em reunião entre a Reitoria e a direção do banco. “Estamos em tratativas para um aporte financeiro”, despista Ziemer.

MOBILIZAÇÃO – A direção do Sinpro/RS vem realizando reuniões de professores da Ulbra, para manter a atenção e a mobilização do corpo



Foto: Paula Consul/Ascom/Ulbra

“Não vamos partilhar a gestão”, diz Ziemer, que negocia com o Banrisul

docente no processo de reestruturação da Ulbra, e vê com preocupação o ingresso, nas negociações, de novos atores, especialmente investidores com perfil agressivo e visão mercantilista da Educação. “Isso pode representar um problema adicional para o ensino privado do estado, que tem uma tradição marcadamente comunitária e confessional”, alerta Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS. O Sindicato defende que as garantias ao projeto sejam constituídas a partir do patrimônio da Celsp e dos próprios credores da Ulbra. Ressaltando a defesa dos contratos de trabalho dos professores e a preservação do projeto educacional, o dirigente acrescenta que “a solução do problema da Ulbra não pode representar a ampliação da especulação financeira no setor educacional gaúcho”.

ESPAÇO JURÍDICO

Contribuições previdenciárias

As contribuições previdenciárias são regidas pela Lei 8.212 de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio do Regime Geral de Previdência Social.

Os empregados são segurados obrigatórios, portanto, na existência de um vínculo empregatício há a obrigação de recolhimento de contribuição previdenciária, parte feita pelo empregado e outra pelo empregador. A contribuição feita pelo empregado é calculada mediante a aplicação da alíquota correspondente, incidente sobre o salário-de-contribuição mensal. Ou seja, a alíquota é definida de acordo com a remuneração, que incluiu todas as verbas, inclusive os ganhos habituais, conforme tabela ao lado.

É de responsabilidade do empregador descontar a alíquota correspondente da remuneração do funcionário e repassá-la ao Instituto de Seguridade Social, sob pena de incidir em crime de Apropriação Indébita Previdenciária, previsto no Artigo 168-A do Código Penal.

A quota patronal é regulada pelo Artigo 22, I e III, da Lei 8212/91, que diz que a contribuição previdenciária será de 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

A empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados, descontando-as da respectiva remuneração até o dia 20

Salário de contribuição (R\$)	Alíquota para recolhimento
Até 1.040,22	8%
De R\$ 1.040,23 a R\$ 1.733,70	9%
De R\$ 1.733,71 até R\$ 3.467,40	11%

do mês subsequente ao da competência, conforme disciplina o Artigo 30, I, b e § 2º da Lei 8212/91. Caso no dia 20 não haja expediente bancário, o recolhimento será antecipado para o primeiro dia útil imediatamente anterior.

Desta forma, se você tem um contrato de trabalho anotado em sua carteira de trabalho e durante o vínculo empregatício o empregador não repassou ao INSS as contribuições devidas, cabe à autarquia previdenciária a fiscalização e cobrança destes valores, não podendo o ônus recair sobre o empregado.

Departamento Jurídico Sinpro/RS – juridico@sinprors.org.br